

CÂMARA DOS DEPUTADOS

	_	_	_	
_	~	-	_	
- 8		ш		1
-				1100

(DO SR. NELSON BORNIER)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dá nova e única redação às letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

DESPACHO:

21/05/2003 - (APENSE-SE AO PLP-272/2001.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 22109103

REGIME DE T	RAMITAÇÃO
PRIORIDADE	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	1 1
	11
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1	1 1
	11	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	11	1 1
	1 1	1 1
	11	1 1

DISTRIBUIÇÃO	O / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	161-77		
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		Bhi B	
Comissão de:		Em:	1	1

DCM 3.17.07.007-0 (JUN/02)





REQ 200/2003

Autor:

Max Rosenmann

Data da

19/02/2003

Apresentação:

Ementa:

Requer o desarquivamento de proposições

Forma de Apreciação:

Despacho:

"DEFIRO, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento das seguintes proposições: PL.s 3.890/89, 905/95, 1.820/96, 2.306/96, 3.760/97, 4.816/98, 1.200/99, 1.298/99, 1.685/99, 1.819/99, 1.927/99, 3.809/00, 5.249/01, 5.644/01, 5.822/01, 5.919/01, 6.222/02, 6.243/02, 7.040/02; PLPs 127/92, 52/95, 164/97, 36/99, 164/00, 165/00, 251/01, 297/02; PECs 234/95 e 61/99. INDEFIRO o desarquivamento dos PL.s 2.615/89, 2.838/89, 3.874/89, 2.762/92, 920/95, 1.334/95, 1.741/96, 1.769/96, 4.360/98, 3.814/00, 5.666/01, 5.887/01, bem como do PLP 112/89, porquanto as proposições não foram arquivadas; dos PL.s 3.810/00 e 4.631/01, assim como da PEC 376/96, por terem sido arquivados definitivamente. DECLARO PREJUDICADO o presente Requerimento quanto à PEC 102/99 e aos PL.s 5.850/01 e 6.463/02, em virtude de as proposições já se encontrarem desarquivadas. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se."

Regime de tramitação:

Em 04/04/2003

ap ao 15/95

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente



Gabinete do Deputado Max Rosenmann

200103

REQUERIMENTO (Do Sr. Max Rosenmann)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa. o desarquivamento dos projetos de lei a seguir relacionados, que são de minha autoria:

PL Nº 0905/1995 PL Nº 1334/1995 PL Nº 1819/1999 PL Nº 2615/1989 PL Nº 3809/2000 PL Nº 3890/1989 PL Nº 5249/2001 PL Nº 5850/2001 PL Nº 6243/2002	PL Nº 5644/2001 PL Nº 5666/2001 PL Nº 5822/2001 PL Nº 5887/2001 PL Nº 5919/2001 PL Nº 6222/2002
PLP Nº 036/1999 PLP Nº 164/1997 PLP Nº 297/2002	PLP Nº 052/1995 PLP Nº 112/1989 PLP Nº 127/1992 PLP Nº 164/2000 PLP Nº 165/2000 PLP Nº 251/2001
PEC Nº 61/1999	PEC Nº 102/1999 PEC Nº 234/1995 PEC Nº 376/1996

Sala das Sessões em: 19,2,03

Deputado MAX ROSENMANN





PLP 43/2003

Autor:

Nelson Bornier

Data da

14/05/2003

Apresentação:

Ementa:

Dá nova e única redação às letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Despacho:

Apense-se a(o) PLP-272/2001.

Regime de

Prioridade

tramitação:

Em 20 / 05 /2003

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 43, DE 2003 (Do Senhor NELSON BORNIER)

Dá nova e única redação às letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto Lei nº 406 de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

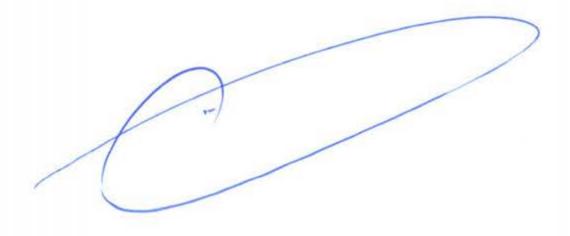
O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º As letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, passam a ter a seguinte redação:

4	'	4	1	1	7	t			1	1	4	2)						0	•	•	٠				9	5		O.	0	•		,	•							0	c				•							ď		•		
																																																									,
					۰		۰							۰	1	٠		۴.		۰		-	۰	۰												0				٠,								٠.	٠.	٠			6 1				

a) O local onde efetivamente foi realizada prestação de serviços.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

Pairam dúvidas entre diversas empresas, pessoas físicas e pessoas jurídicas, quando no recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), sobre seus faturamentos, se no local de sua sede, ou efetivamente no local onde foram prestados os serviços. Com isso, fica de vez, esclarecido, não só aos prestadores de serviços, como também, aos municípios, que na maioria das vezes não sabem se devem tributar, ou não, o faturamento dos serviços de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas, em suas sedes e domicílios ou no local onde efetivamente foi realizada a prestação de serviços. Daí as razões para o presente Projeto de Lei Complementar, que espero ver aprovado com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2003.

NELSON BORNIER

Deputado Federal - PSB/RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 43, DE 2003

(Do Sr. Nelson Bornier)

Dá nova e única redação às letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PLP-272/2001

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 43, DE 2003

(Do Sr. Nelson Bornier)

Dá nova e única redação às letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

APENSE-SE AO PLP-272/2001

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º As letras "a" e "b" do art. 12 do Decreto Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, passam a ter a seguinte redação:

"Art.	12	
		"

- a) O local onde efetivamente foi realizada prestação de serviços.
- Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pairam dúvidas entre diversas empresas, pessoas físicas e pessoas jurídicas, quando no recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), sobre seus faturamentos, se no local de sua sede, ou efetivamente no local onde foram prestados os serviços. Com isso, fica de vez, esclarecido, não só aos prestadores de serviços, como também, aos municípios, que na maioria das vezes não sabem se